



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures and initials]
1

364/2018

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MONOBLOCOS
PARA AS ESCOLAS DO CONCELHO, PELO VALOR
GLOBAL 123.300,00€, ACRESCIDO DE IVA À TAXA
LEGAL**

Aos dez dias do mês de Setembro do ano de 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **ALMEP – ALOJAMENTOS METÁLICOS PRÉ-FABRICADOS, LD^a.**, com sede na Rua do Sanguinhal, Lado Guidões, s/n - Trofa, com o capital social de 150.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva número 503741450, representada por **CARLOS ANDRÉ CARVALHO TORRES**, portador do Cartão de Cidadão número 10087789 3ZY2 válido até 02 de Março de 2019, contribuinte número 203816480, o qual outorga na qualidade de gerente, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice - Presidente de **29 de Agosto de 2018**, e na sequência de Concurso Público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 150, II Série de 06 de Agosto de 2018, é adjudicado à empresa **ALMEP – ALOJAMENTOS METÁLICOS PRÉ-FABRICADOS, LD^a.**, o contrato para “**FORNECIMENTO DE MONOBLOCOS PARA AS ESCOLAS DO CONCELHO**” pelo valor global 123.300,00€ (cento e vinte e três mil e trezentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.10.02**. -----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6610**, e o LCPA n.º **10565**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

2

SEGUNDA: O objeto do contrato consiste na contratação do fornecimento de monoblocos climatizados para as Escolas do Concelho, conforme descrito na Parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de encargos. -----

TERCEIRA: Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o valor de **123.300,00€ (cento e vinte e três mil e trezentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

QUARTA: Os bens objeto do contrato devem ser entregues, bem como a execução da respectiva montagem, num prazo não superior a 15 dias (2 semanas), a contar da data de celebração de contrato.-----

QUINTA: A execução dos bens objecto do contrato deverá ser efetuada nos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Loulé.-----

As estruturas modulares devem ser instaladas no recinto exterior dos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente.-----

SEXTA: As quantias devidas pela Entidade Adjudicante serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.-----

SÉTIMA: Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária, calculada sobre o valor da encomenda, de montante a fixar nos seguintes termos: -----

a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;-----

b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso; -----

c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;-----

d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).-----

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.-----

OITAVA: O adjudicatário deve guardar sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3
D. Félix
FMC

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima descritos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

3- Não constituem força maior, designadamente os mencionados nas alíneas a) a g) do número 3 do artigo 13º do caderno de encargos.-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

DÉCIMA : Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

Quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.-----

Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:-----

Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

A resolução do contrato nos termos acima referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA QUARTA: De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 290º - A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Luis Inácio, Chefe da Unidade Operacional de Gestão de Equipamentos Escolares.-----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice - Presidente de 29 de Agosto de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte três anexos:-----

Programa de Procedimentos;-----

Caderno de Encargos;-----

Proposta do Adjudicatário;-----

Publicação no Diário da República e informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,